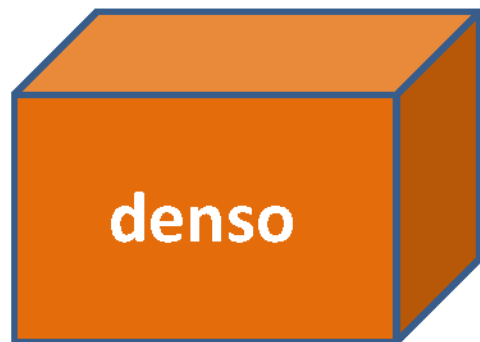
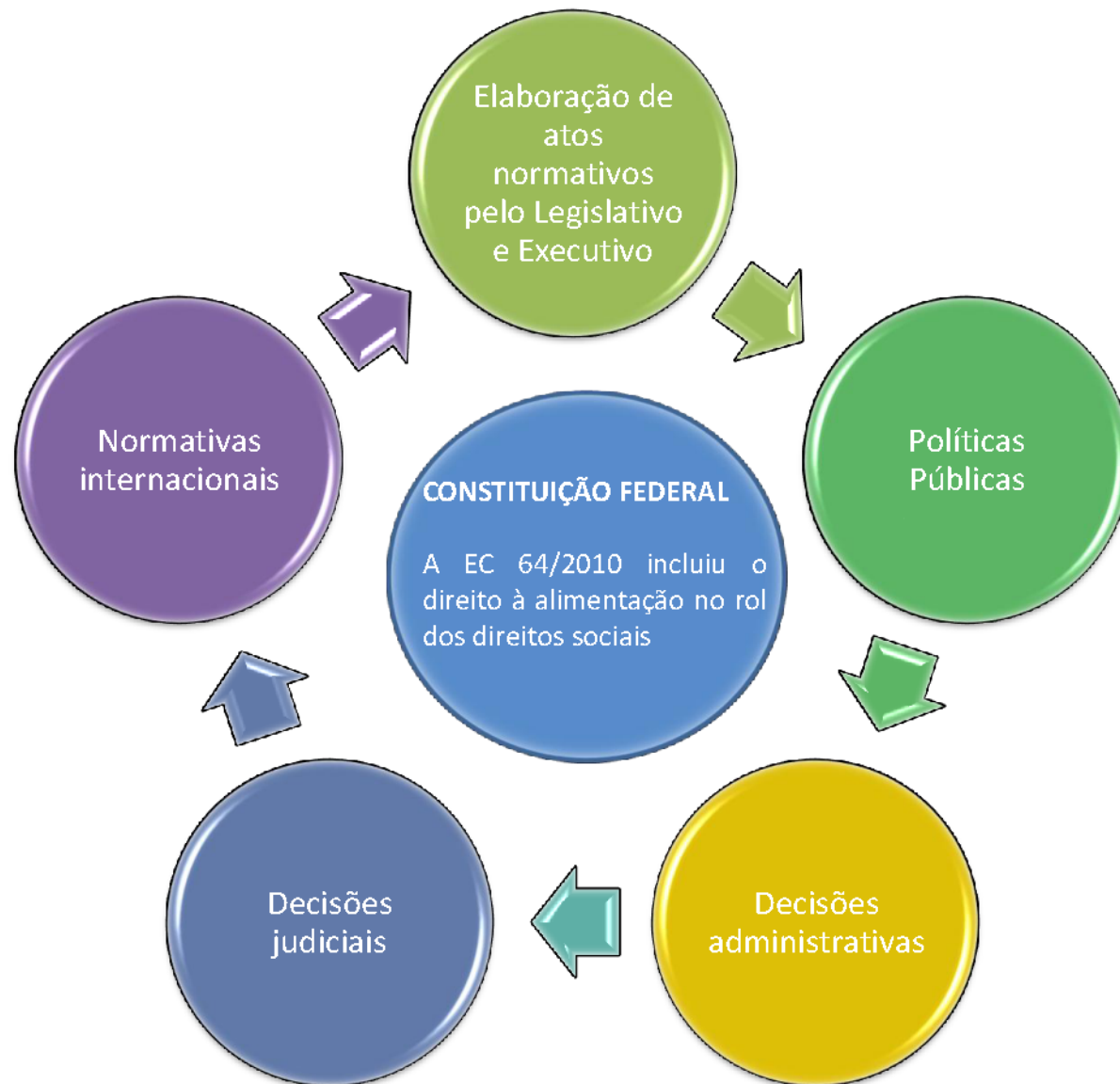


SISTEMA LEGISLATIVO/REGULATÓRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA



DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A CONSTRUÇÃO DO CIRCULO NORMATIVO



PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

CIPV

UE
RELATÓRIO
MANDELKERN

EUA

FAO

- Efetividade
- Necessidade
- Custo benefício
- Proporcionalidade
- Timeliness – celeridade regulatória

- Subsidiariedade
- Transparência
- Accountability e Performance
- Responsabilidade
- Inteligibilidade
- Simplicidade

OMC

OCDE

OCDE
regulação sobre
concorrência



TEXTO INTERNACIONAL – CONTEXTO BRASILEIRO



CODEX ALIMENTARIUS



International Plant Protection Convention
Protecting the world's plant resources from pests

Normas da CIPV



Normas da OIE



Acordos bilaterais e multilaterais



WTO OMC



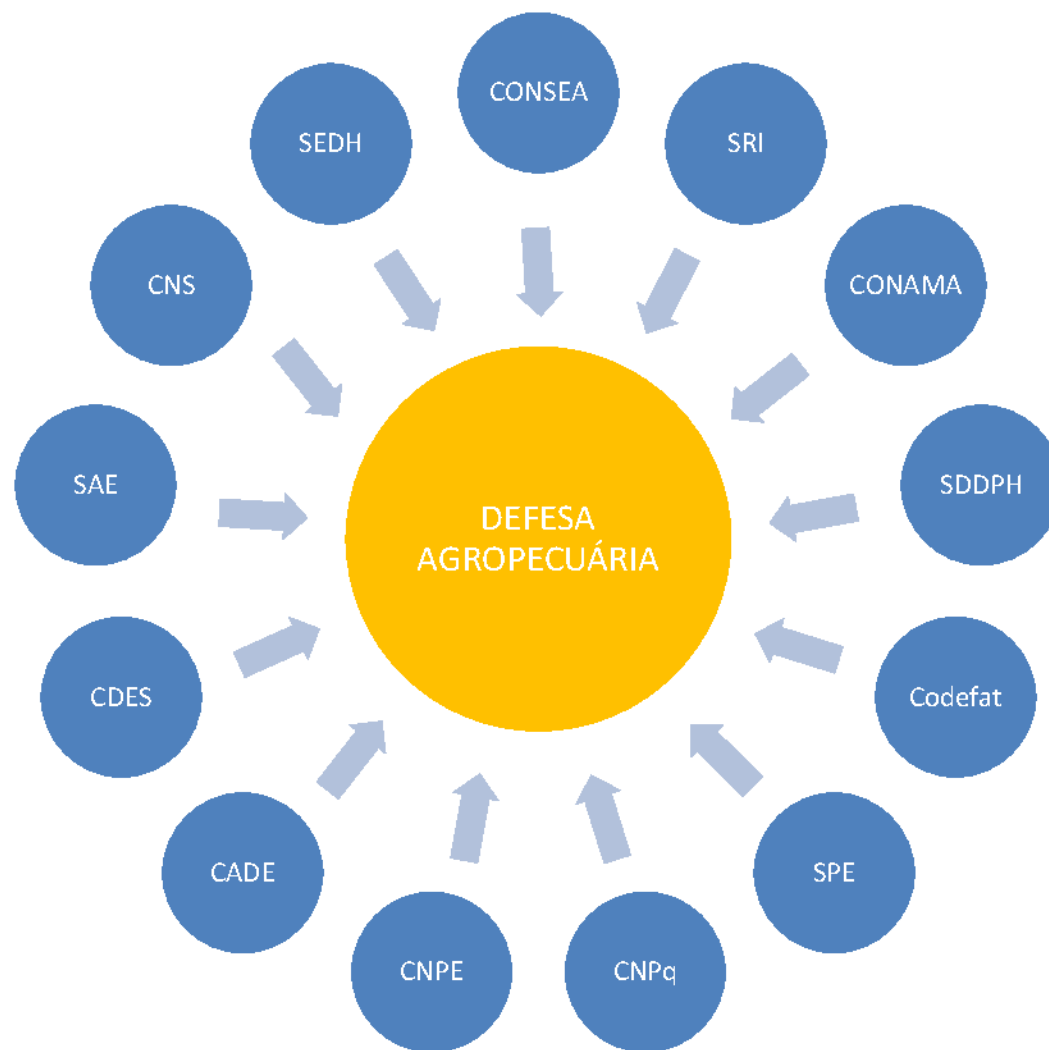
Acordo sobre aplicação a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS Agreement)

Acordo de Barreiras Técnicas para o Comércio (TBT Agreement)



Normas mercosulinas

DIAGRAMA DE ATUAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS AFETAS À DEFESA AGROPECUÁRIA CONSELHOS E SECRETARIAS



ESQUEMA DA CADEIA DE FONTES LEGISLATIVAS E REGULATÓRIAS DA DEFESA AGROPECUÁRIA



Zonas de competência legislativa/regulatória comum, concorrente ou conexa ao setor de defesa agropecuária

Legenda

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MS – Ministério da Saúde

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MD – Ministério da Defesa

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIN – Ministério da Integração Nacional

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MME – Ministério de Minas e Energia

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

ANA – Agência Nacional das Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

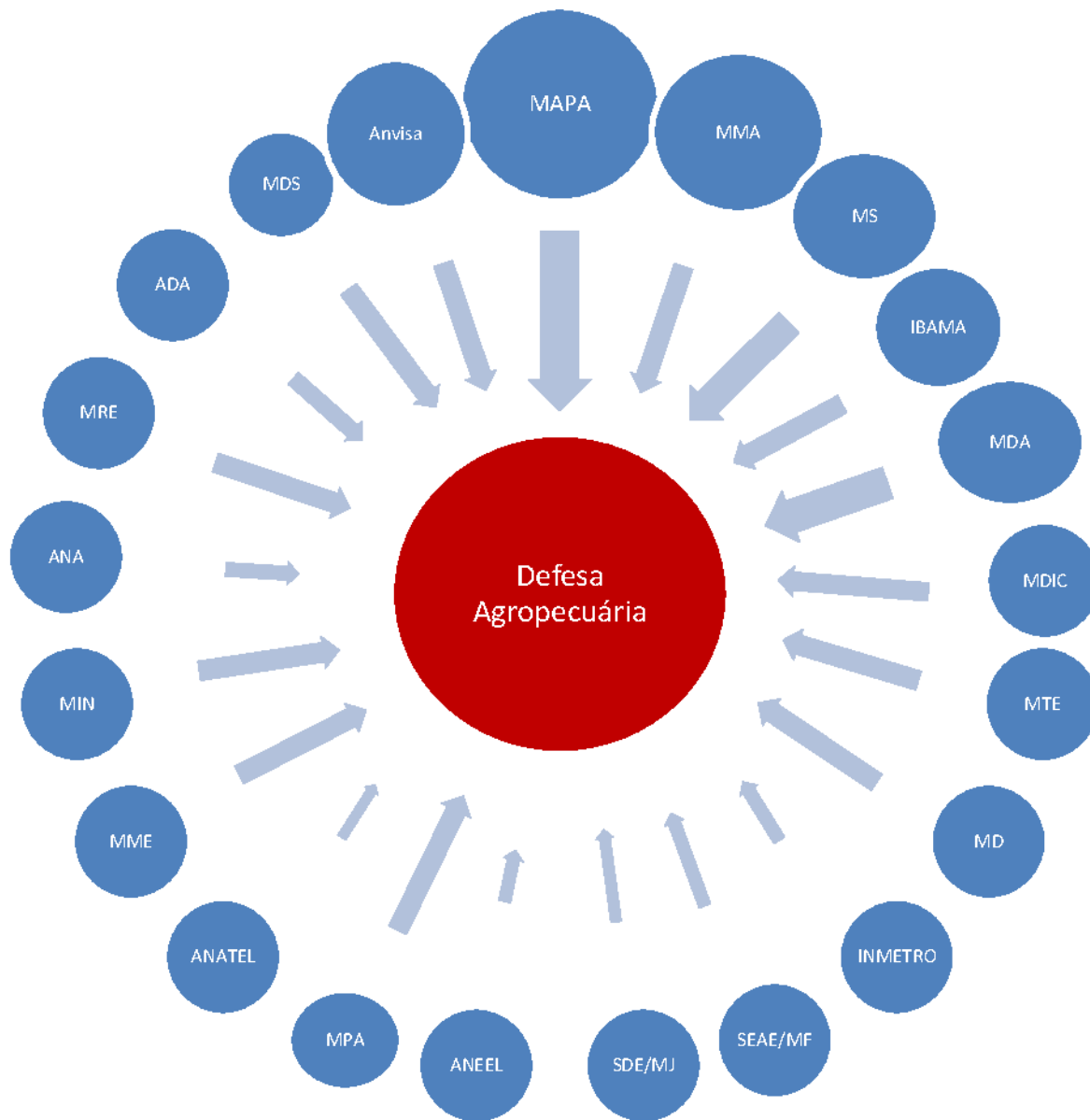
SDE/MJ – Secretaria de Direito Econômico

SEAE/MF – Secretaria de Acompanhamento Econômico

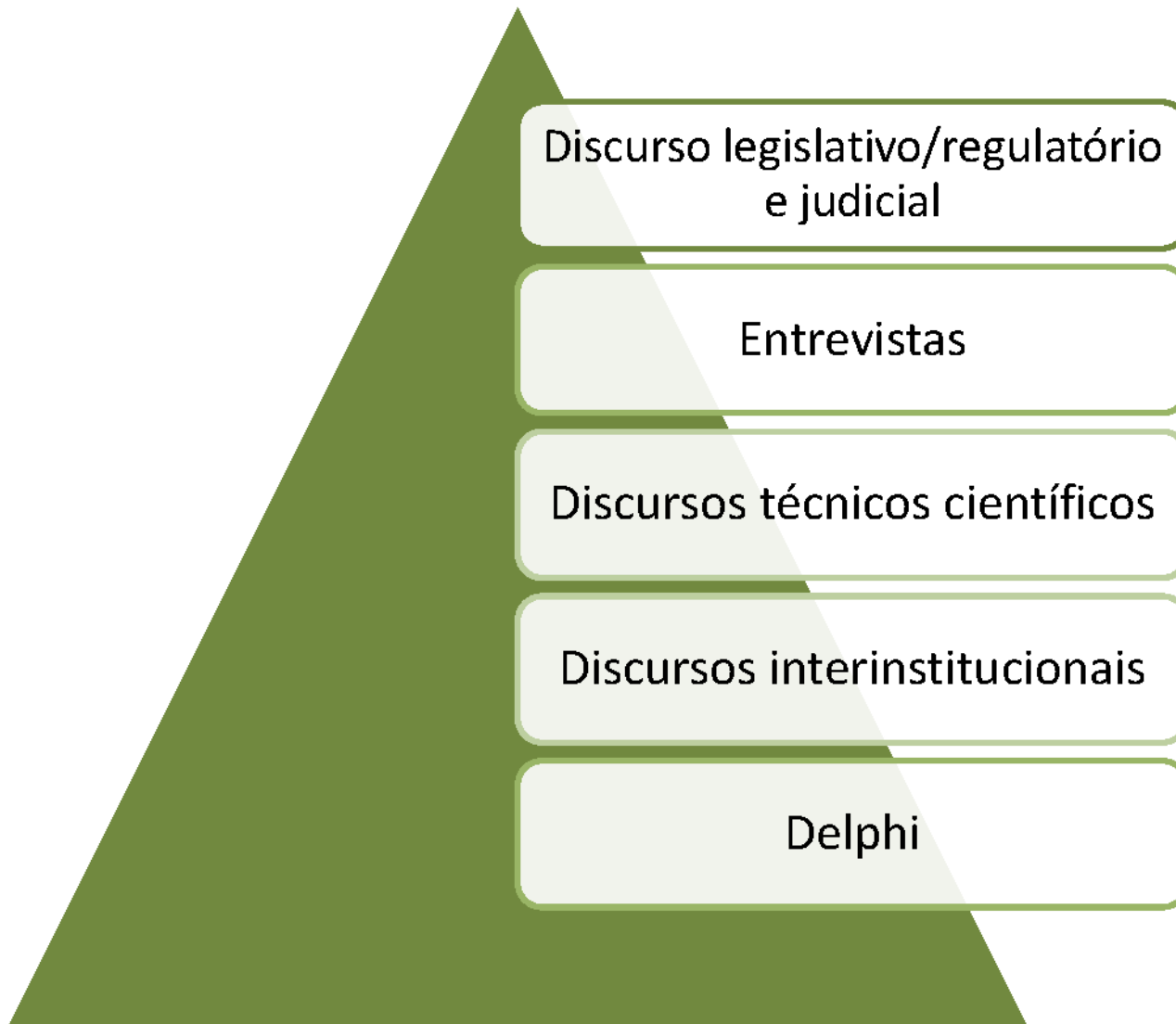
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Obs.: O tamanho das setas condiz com o grau de impacto da entidade sobre o sistema normativo de Defesa Agropecuária



A RECONSTRUÇÃO DO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO E SEUS EFEITOS



CONTEXTO BRASILEIRO : CONTROLE DO LEGISLATIVO SOBRE ATOS DO EXECUTIVO
TEMAS OBJETO DE PDC – 2009/2010
{Impactado /Com zonas de inconsistência}



CONTEXTO BRASILEIRO: ATUAÇÃO LEGISLATIVA – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL {Impactado/Diversificado}

- Cadeia produtiva da carne;
- Regularização fundiária;
- Inclusão de Sulfluramida;
- Respasse de dinheiro ao MST;
- Registro genealógico no Brasil;
- Busca e apreensão de máquinas agrícolas;
- Crédito Rural;
- Debate e encaminhamento de proposta ao BNDES da Diretoria do Agronegócio e Cooperativismo;
- Seguro da Pecuária – abate de bovinos;
- Nova governança na Cafeicultura;
- Esclarecimentos sobre qualificação dos agricultores de vigaristas atribuído pelo Ministro do MA;
- Comercialização de couro;
- Crise na Citricultura;
- Cadeia produtiva do leite;
- Exorbitância do Poder Executivo no exercício do Poder Regulamentar;
- Vedação do exercício de zootecnia por Agrônomos e Veterinários;
- Propagação de gripe suína;
- Projetos de assentamento
- Aumento do preço dos produtos lácteos;
- Delimitação de terras indígenas;
- Debater o cálculo de reajuste tarifário aplicados nas contas de energia elétrica, a neutralidade da Parcela "A", e a constatação do TCU de que tais cálculos ocasionaram prejuízos de sete bilhões aos consumidores brasileiros;

CONTEXTO BRASILEIRO: ATUAÇÃO LEGISLATIVA – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL {Impactado/Diversificado}

- Fundo de catástrofe;
- Brasil Food (fusão);
- Endividamento do setor rural;
- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar;
- Inspeção de produtos de origem animal e operação abate;
- Esclarecimentos sobre assentamento MDA/INCRA;
- Regulação de cachaça e aguardente de cana-de-açúcar;
- Proibição do ingrediente ativo Edossulfam devido aos riscos à saúde e meio ambiente;
- Discussão sobre a suspensão de registro de agrotóxicos e outros produtos afins que contenham ingredientes ativos que se encontram em processo de reavaliação;
- Os impactos sobre a agroindústria nacional da proposta da ANVISA da regulamentação técnica de práticas cujo objeto seja a divulgação ou promoção de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional;
- Discutir os desdobramentos do processo de concentração de mercado decorrente da proposta de fusão dos frigoríficos Marfrig e Seara;
- Situação dos tricultores no Brasil;
- Esclarecimentos sobre as denúncias de altos gastos com diárias e passagens pelo INCRA, perfil dos assentamentos rurais mostrado por pesquisa do IBOPE, e desvios de recursos para o MST;
- Esclarecimentos sobre conflitos agrários no País e, especialmente, no Estado do Pará;

PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO NA ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS AFETOS À DEFESA AGROPECUÁRIA:

agenda legislativa da CNI e projetos de lei priorizados

PL 6530/2009, do senador Francisco Dornelles – PP/RJ, o aproveitamento efetivo do crédito do IPI sobre aquisições de bens de uso e consumo e de capital e que estende o direito a crédito de PIS/Cofins a todos os bens e serviços adquiridos pela empresa. Trata-se de importante incentivo à atividade produtiva no país.

PLP 467/2009, do deputado Otávio Leite (PSB/RJ), que prevê ajuste dos valores de enquadramento de empresas no Simples Nacional.

PL 1876/1999, do deputado Sérgio Carvalho – PSDB/RO) reformulação do Código Florestal para adequar parâmetros definidos por uma legislação de 1965 às novas práticas de gestão ambiental, como forma de garantir efetiva implementação e fiscalização das Áreas de Preservação Permanente.

PL 3337/2004 gestão, a organização e o controle social para as agências reguladoras.

PL 4302/1998 regras para terceirização

PLC 6/2009 novo sistema de defesa da concorrência

PLC 1/2010 (PLP 12/2003 do deputado Sarney Filho – PV/MA), que « fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 ».

PLP 388/2007 competências em matéria ambiental

PL 266/2007 fixação de teto para compensações ambientais

PL 203/1991 política nacional de resíduos sólidos

O PL 2412/2007 e os projetos a ele apensados, geram insegurança jurídica ao flexibilizar garantias de contraditória e ampla defesa asseguradas no processo judicial pois possibilitam que a penhora e a execução decorrentes de débitos fiscais sejam realizadas pela autoridade administrativa, retirando o controle prévio da expropriação de bens do contribuinte pelo poder judiciário.

TEMAS DE NORMAS PENAIS COM REPERCUSSÃO NA ESFERA DA DEFESA AGROPECUÁRIA
Proposições Legislativas

Propriedade

Saúde Pública

Uso de agrotóxicos

MST

Meio Ambiente

Recursos hídricos

Trabalho rural

Terrorismo Biológico

PL 1943 - 2003 Comissão de
Defesa Nacional - arquivado

Exercício ilegal da
profissão – Agrônomo

Trabalho escravo

Responsabilidade Técnica
- Ecólogo

Estatuto de saúde e
segurança doméstica e
familiar do homem

Falsificação, adulteração
ou fabricação de cigarros
em desacordo com a
legislação sanitária

DISCURSO JUDICIÁRIO – MATÉRIAS MAIS RECORRENTES AFETAS À DEFESA AGROPECUÁRIA

Pesquisa feita no STJ e TRF's do Brasil no período 2000 – 2010

Agrotóxicos

- Incompetência para edição de atos normativos;
- Inovação da ordem jurídica por resolução de órgão do Executivo – CONAMA, Anvisa, MAPA;
- Conflito de competência entre União e Estados;
- Conflito de competência entre Anvisa e MAPA;
- Aplicação de agrotóxico sem observância de normas ambientais;
- Crimes envolvendo uso, transporte e comercialização de agrotóxicos;
- Possibilidade de prescrição de receituário por técnico agrícola;
- Reavaliação e renovação no registro de agrotóxicos;
- Apostilamento;
- Questionamento sobre a legalidade de ato normativo do MAPA;
- Conflito de normas – Código Penal x Lei nº 7.802/89;
- Responsabilidade civil da União por intoxicação por agrotóxicos – servidor;

Ministério da Agricultura

- Conflito de competência entre União e Estados;
- Desapropriação e reforma agrária;
- Conflito entre normas;
- Crimes cometidos por servidores;
- greve de servidor público x essencialidade dos serviços de fiscalização;
- Abuso na fiscalização – questionamento sobre a legalidade do laudo de infração;
- Responsabilidade civil do Estado por abuso na erradicação de plantação;
- Direito administrativo – servidor público;
- Direito previdenciário;
- Direito Tributário;
- Questionamento sobre a necessidade de registro de empresa em conselho profissional – Químico, Veterinário.
- Conflito atuação MAPA, Anvisa, Receita Federal;
- Aplicação de normas de defesa do consumidor;

Defesa Agropecuária

- Desapropriação para fins de reforma agrária;
- Renovação de registro;
- Direito administrativo – servidor público;
- Direito previdenciário;
- Questionamento sobre a legalidade de ato normativo do MAPA/SDA;
- Competência para cobrança de taxa de classificação;
- Apostilamento de agrotóxicos;
- Aplicação de normas para proteção do consumidor;
- Determinação de execução de ato ante inércia da Administração Pública;
- Crimes – comercialização de produtos veterinários adulterados, contrabando;
- Conflito de competência entre União e Estado;

DISCURSO JUDICIÁRIO – MATÉRIAS MAIS RECORRENTES NA AFETAS À DEFESA AGROPECUÁRIA

Pesquisa feita no STJ e TRF's do Brasil no período 2000 – 2010

Sanidade Animal

- Crime – introdução de substância nociva à saúde; contra a relação de consumo (abatedouro clandestino); comercialização de animal silvestre; contrabando;
- Direito previdenciário; danos ao meio ambiente;
- Certificado de conferência de saúde animal;
- Proibição de entrada no Brasil pela Receita Federal;
- Registro de frigorífico em conselho profissional;
- Análise de risco de OGM;
- Contratação temporária por medida de urgência;
- Controvérsia sobre legalidade de auto de infração;
- Direito tributário;
- Direito administrativo – servidor público;
- Combate à brucelose e à tuberculose animal – habilitação específica para médico veterinário;

Sanidade Vegetal

- Renovação de registro junto ao MAPA;
- Ilegalidade de auto de infração – ofensa ao devido processo administrativo;
- Turbação de terras indígenas;
- Legislação brasileira sobre biossegurança – OGM – impacto ambiental;
- Desapropriação para fins de reforma agrária;
- Greve de servidores x liberação de mercadoria importada;
- Constitucionalidade da cobrança de taxa de classificação de produtos vegetais;
- Tráfico de drogas; de sementes;
- Propriedade industrial;
- Comercialização de produto vegetal sem licença;
- Questionamento sobre legalidade de ato normativo do MAPA; MAPA e Ministério da Fazenda (TCV);
- Fiscalização pelo IBAMA – competência supletiva;
- Violação do princípio da reserva legal por ato normativo IBAMA;

Outros

{inspeção, fertilizantes, insumos, pecuária, praga, agricultura orgânica, etc}

- Direito administrativo - licitação; servidor público;
- Questionamento sobre a legalidade de ato normativo;
- Necessidade de registro em conselho profissional;
- Ato abusivo praticado pela Administração Pública;
- Propriedade industrial;
- Liberação de mercadoria – análise de risco de pragas;
- Inaplicabilidade de ato normativo;
- Conduta anticoncorrencial;
- Responsabilidade civil por danos ambientais;

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL
Superior Tribunal de Justiça

Três dos temas apresentados no slide anterior de acordo com a consulta à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no período entre 2000 a 2010.

Matéria “**Ministério da Agricultura**”

Total: 76 recursos

Recursos por estado: AI – 1; CE – 1; DF – 39; GO – 1; MG – 2; PE – 5; PR – 7; RJ – 2; RS – 9; SC – 5; SP – 3.

Recursos por tipo: **MS – 37**; Resp – 24; HC – 3; CC – 3; Agravo – 7, ED – 2.

Matéria “**Sanidade/Saúde/ Sanitária Animal**”

Total: 14 recursos

Recursos por estado: DF – 5; PR – 2; SP – 7.

Recursos por tipo: MS – 4; REsp – 7; ED – 2; HC – 1.

Matéria “**Agrotóxico**”

Total: 26 recursos

Recursos por estado: ES – 1; GO – 1; **MS – 4**; PR – 10; RJ – 1; SC – 9

Recursos por tipo: HC – 7; REsp – 17; RMS – 1; Agravo 4; ED – 2; Emb. Divergência - 1

Matéria “**Defesa Agropecuária**”

Total: 4 recursos

Recursos por estado: AC – 1; DF – 1; MT – 1; RS – 1.

Recursos por tipo: Agravo – 2; RHC – 1; RMS – 1.

Matéria “**Sanidade/Saúde/Sanitária Vegetal**”

Total: 6 recursos

Recursos por estado: DF – 3; PR – 2; RS – 1.

Recursos por tipo: MS – 2; ED – 1; Resp – 3; HC – 1.

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL

Matéria “Agrotóxico/Defensivos Agrícolas”

Análise de tipologia e quantidade de recursos por Tribunal

Matéria AGROTÓXICOS	Quantidade de recursos por Estado		Quantidade de recursos por tipo		Temas mais freqüentes nos resultados
	Período – 2000 a 2010				
TRF 1ª Região Total – 26 recursos	AC - 0	MG - 1	AC - 7		<ul style="list-style-type: none"> •Incompetência para edição de atos normativos; •Inovação da ordem jurídica por resolução de órgão do Executivo – CONAMA, Anvisa, MAPA; •Conflito de competência entre União e Estados; •Conflito de competência entre Anvisa e MAPA; •Aplicação de agrotóxico sem observância de normas ambientais; •Crimes envolvendo uso, transporte e comercialização de agrotóxicos; •Possibilidade de prescrição de receituário por técnico agrícola; •Reavaliação e renovação no registro de agrotóxicos; •Apostilamento; •Questionamento sobre a legalidade de ato normativo do MAPA; •Conflito de normas – Código Penal x Lei nº 7.802/89; •Responsabilidade civil da União por intoxicação por agrotóxicos – servidor;
	AM - 0	MT - 4	AMS - 12		
	AP - 0	PA - 2	REOMS - 3		
	BA - 0	PI - 0	AC/REO - 3		
	DF - 15	RO - 3	Agravo - 1		
	GO - 1	RR - 0			
	MA - 0	TO - 0			
TRF 2ª Região Total – 5 recursos	RJ - 4		MS - 1	AC - 1	<ul style="list-style-type: none"> •Aplicação de agrotóxico sem observância de normas ambientais; •Crimes envolvendo uso, transporte e comercialização de agrotóxicos; •Possibilidade de prescrição de receituário por técnico agrícola; •Reavaliação e renovação no registro de agrotóxicos; •Apostilamento; •Questionamento sobre a legalidade de ato normativo do MAPA; •Conflito de normas – Código Penal x Lei nº 7.802/89; •Responsabilidade civil da União por intoxicação por agrotóxicos – servidor;
	ES - 1		AMS - 1	AG - 2	
TRF 3ª Região Total – 22 recursos			AC - 10	REOMS - 1	
	SP - 12		AMS - 7	HC - 2	
	MS - 10		ACR - 2		
TRF 4ª Região Total – 44 recursos	PR - 15		AC - 13	HC - 3	
	SC - 4		AMS - 7	RSE - 1	
	RS - 25		ACR - 12	Agravo - 3	
				REO - 4	
TRF 5ª Região Total – 12 recursos	AL - 0		AC - 4		
	CE - 3		AMS - 3		
	PB - 6		AC/REO - 2		
	PE - 1		HC - 1		
	RN - 0		REO - 2		
	SE - 2				

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL
Matéria “Ministério da Agricultura”
Análise de tipologia e quantidade de recursos por Tribunal

Matéria “MINISTÉRIO DA AGRICULTURA”	Quantidade de recursos por Estado		Quantidade de recursos por tipo		Temas mais freqüentes nos resultados
	Período – 2000 a 2010				
TRF 1ª Região Total – 169 recursos	AC - 0	MG -33	AC – 78	EIAC - 3	<ul style="list-style-type: none"> •Conflito de competência entre União e Estados; •Desapropriação e reforma agrária; •Conflito entre normas; •Crimes cometidos por servidores; •greve de servidor público x essencialidade dos serviços de fiscalização; •Abuso na fiscalização – questionamento sobre a legalidade do laudo de infração;
	AM - 7	MT - 6	AMS - 51	AResc - 1	
	AP - 0	PA - 6	REOMS - 5	HC - 1	
	BA - 12	PI -2	INQ - 1	RSE - 1	
	DF - 79	RO - 4	Agravo - 13		
	GO - 13	RR - 2	REO - 12		
	MA - 3	TO - 2	ACR - 3		
TRF 2ª Região Total – 47 recursos	RJ - 46		MS - 1	AC - 27	<ul style="list-style-type: none"> •Responsabilidade civil do Estado por abuso na erradicação de plantação; •Direito administrativo – servidor público; •Direito previdenciário; •Direito Tributário;
	ES - 1		HC - 2	REOMS - 7	
			AMS - 6	AG - 3	
TRF 3ª Região Total – 160 recursos	SP - 148		REO - 1		<ul style="list-style-type: none"> •Questionamento sobre a necessidade de registro de empresa em conselho profissional – Químico, Veterinário. •Conflito atuação MAPA, Anvisa, Receita Federal; •Aplicação de normas de defesa do consumidor;
	MS - 12		AC - 47	REOMS - 20	
			AMS - 77	Agravo - 3	
			ACR - 7	REO - 4	
TRF 4ª Região Total – 130 recursos	PR - 40		RES - 2		
	SC - 30		AC - 72	HC - 1	
	RS - 60		EIAC - 2	CC - 1	
			AMS - 16	RSE - 3	
			REOMS - 2	AC/REO - 5	
TRF 5ª Região Total – 222 recursos	AL - 11		ACR - 23	Agravo - 9	
	CE - 101		REO - 6		
	PB - 15		AC - 73	Agravo - 33	
	PE - 76		AMS - 33	ACR - 4	
	RN - 13		AC/REO - 4	AResc - 1	
	SE - 6		HC - 2	MS - 1	
		REO - 12			
		REOMS - 62			

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL

Matéria “Defesa Agropecuária”

Análise de tipologia e quantidade de recursos por Tribunal

Matéria “DEFESA AGROPECUÁRIA”	Quantidade de recursos por Estado		Quantidade de recursos por tipo		Temas mais freqüentes nos resultados
Período – 2000 a 2010					
TRF 1ª Região Total – 28 recursos	AC – 0	MG – 3	AC – 14		<ul style="list-style-type: none"> •Desapropriação para fins de reforma agrária; •Renovação de registro; •Direito administrativo – servidor público; •Direito previdenciário; •Questionamento sobre a legalidade de ato normativo do MAPA/SDA; •Competência para cobrança de taxa de classificação; •Apostilamento de agrotóxicos; •Aplicação de normas para proteção do consumidor; •Determinação de execução de ato ante inércia da Administração Pública; •Crimes – comercialização de produtos veterinários adulterados, contrabando; •Conflito de competência entre União e Estado;
	AM -0	MT - 2	AMS – 11		
	AP – 0	PA – 1	Agravo – 3		
	BA – 3	PI -0			
	DF – 17	RO – 0			
	GO – 1	RR – 0			
	MA -0	TO – 1			
TRF 2ª Região Total – 2 recursos	RJ – 1		AC - 1	Agravo -1	
	ES - 1				
TRF 3ª Região Total –1 recurso	SP – 1		REOMS - 1		
	MS – 0				
TRF 4ª Região Total –12 recursos	PR – 5		AC – 6	AC/REO - 1	
	SC – 4		AMS – 2		
	RS - 3		REO – 1		
			Agravo – 2		
TRF 5ª Região Total – 5 recursos	AL - 0		AC – 3		
	CE – 0		Agravo – 2		
	PB – 0				
	PE – 4				
	RN – 0				
	SE - 1				

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL
Matéria “Saúde/Sanidade/Sanitária(o) Animal”
Análise de tipologia e quantidade de recursos por Tribunal

Matéria “SANIDADE/SAÚDE SANITÁRIO(A) ANIMAL”	Quantidade de recursos por Estado		Quantidade de recursos por tipo		Temas mais freqüentes nos resultados
Período – 2000 a 2010					
TRF 1ª Região Total – 12 recursos	AC – 0	MG - 3	AC – 4		<ul style="list-style-type: none"> •Crime – introdução de substância nociva à saúde; contra a relação de consumo (abatedouro clandestino); comercialização de animal silvestre; contrabando; •Direito previdenciário; danos ao meio ambiente; •Certificado de conferência de saúde animal; •Proibição de entrada no Brasil pela Receita Federal; •Registro de frigorífico em conselho profissional; •Análise de risco de OGM; •Contratação temporária por medida de urgência; •Controvérsia sobre legalidade de auto de infração; •Direito tributário; •Direito administrativo – servidor público; •Combate à brucelose e à tuberculose animal – habilitação específica para médico veterinário
	AM -0	MT - 1	AMS - 3		
	AP – 0	PA – 0	Agravo –4		
	BA – 1	PI -0	REO – 1		
	DF – 5	RO – 0			
	GO – 2	RR – 0			
	MA -0	TO –0			
TRF 2ª Região Total – 11 recursos	RJ - 11		MS - 4	AC - 3	
	ES - 0		REO - 2	Agravo -1	
TRF 3ª Região Total –16 recursos	SP - 13		AC – 8	REOMS - 1	
			AMS -2	HC - 1	
	MS - 3		ACR - 2	Agravo - 1	
		Inq – 1			
TRF 4ª Região Total –27 recursos	PR - 12		AC – 10	AC/REO - 2	
	SC – 7		AMS - 6	EIAC - 1	
	RS - 8		ACR - 2		
			Agravo - 6		
TRF 5ª Região Total – 8 recursos	AL - 0		AC - 2		
	CE – 2		AMS - 2		
	PB – 2		AC/REO - 3		
	PE – 1		Agravo - 1		
	RN -0				

DISCURSO JUDICIÁRIO – TEXTO NACIONAL/CONTEXTO REGIONAL

Matéria “Sanidade/Saúde/Sanitária(o) Vegetal”

Análise de tipologia e quantidade de recursos por Tribunal

Matéria “SANIDADE/SAÚDE/ SANITÁRIA (O) VEGETAL”	Quantidade de recursos por Estado		Quantidade de recursos por tipo		Temas mais freqüentes nos resultados
Período – 2000 a 2010					
TRF 1ª Região Total – 10 recursos	AC – 0	MG – 2	AC – 6		<ul style="list-style-type: none"> •Renovação de registro junto ao MAPA; •ilegalidade de auto de infração – ofensa ao devido processo administrativo; •Turbação de terras indígenas; •Legislação brasileira sobre biossegurança – OGM – impacto ambiental; •Desapropriação para fins de reforma agrária; •Greve de servidores x liberação de mercadoria importada; •Constitucionalidade da cobrança de taxa de classificação de produtos vegetais; •Tráfico de drogas; de sementes; •Propriedade industrial; •Comercialização de produto vegetal sem licença; •Questionamento sobre legalidade de ato normativo do MAPA; MAPA e Ministério da Fazenda (TCV); •Fiscalização pelo IBAMA – competência supletiva; •Violação do princípio da reserva legal por ato normativo IBAMA; •Liberação de mercadoria – análise de risco de pragas; •Inaplicabilidade de ato normativo; •Conduta anticoncorrencial; •Responsabilidade civil por danos ambientais;
	AM - 0	MT - 1	AMS – 2		
	AP – 0	PA – 0	REO – 2		
	BA – 1	PI - 0			
	DF – 3	RO – 0			
	GO – 2	RR – 0			
	MA - 0	TO – 1			
TRF 2ª Região Total – 75 recursos	RJ – 48		AC - 50	MS - 1	
			ACR - 2	EIAC – 3	
	ES - 27		AMS - 10	REO - 3	
TRF 3ª Região Total – 19 recursos	SP – 18		REOMS - 2	REO - 1	
	MS – 1		AC – 4	Agravo - 1	
			AMS - 11		
TRF 4ª Região Total – 21 recursos	PR – 5		AC – 4	ACR – 2	
	SC – 3		AMS – 4	RSE – 4	
	RS - 13		REO – 1	EIAC – 1	
			Agravo – 5		
TRF 5ª Região Total – 2 recursos	AL - 0		AC – 1		
	CE – 1		ACR – 1		
	PB – 0				
	PE – 1				
	RN – 0				
	SE - 0				

LEGISLAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA
“NUVEM DE TAGS” DELPHI

LEGISLAÇÃO EM DEFESA AGROPECUÁRIA
“NUVEM DE TAGS” DELPHI

Harmonização legislação nacional, estadual e municipal **Consolidação** Reestruturação

Carreira **Atualização** **Impacto de normas internacionais**

Otimização da **Publicidade** **Legislação em Defesa Agropecuária** **Codificação**

Fiscalização preventiva **DEFESA AGROPECUÁRIA** **Melhoria**

elaboração das normas **Revisão** do Decreto nº 24.114 **Capacitação** Ensino Pós-

graduação **Inclusão grade curricular** **Fiscalização** **Legislação de Inspeção**

Legislação Sanitária **Órgãos colegiados** elaboração de atos normativos

Interação entre diversos atores

MÉTODO DELPHI – CAPACITAÇÃO SOBRE CONTEXTO LEGISLATIVO E NORMATIVO, VERIFICAÇÃO E APLICAÇÃO DAS NORMAS

Na Rodada 1, requisitou-se que os respondentes indicassem o nível de importância da inclusão de disciplinas sobre legislação em defesa agropecuária em cursos de graduação e pós-graduação conforme *scores* que seguem:

- 0 não é importante e não deveria ser incluída;
- 1 pouco importante e poderia ser incluída como disciplina optativa;
- 2 importante e deveria ser disciplina obrigatória da grade curricular.

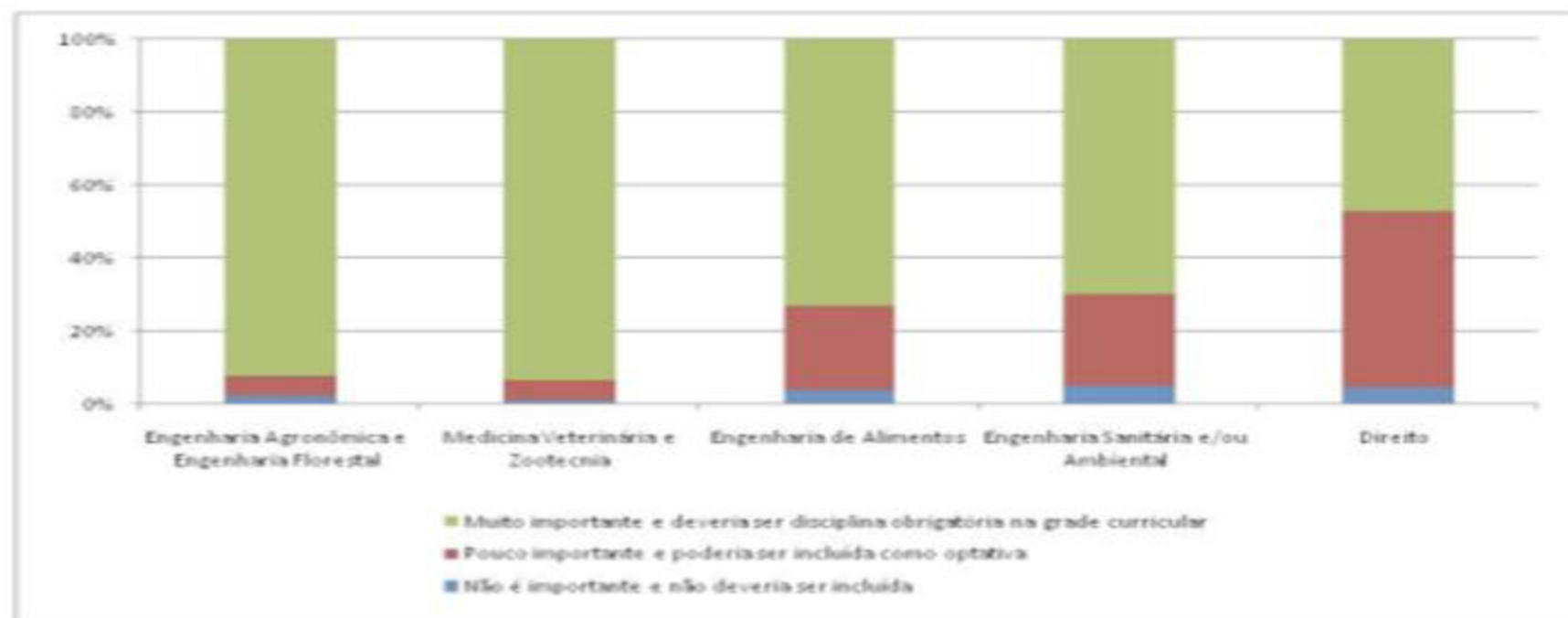
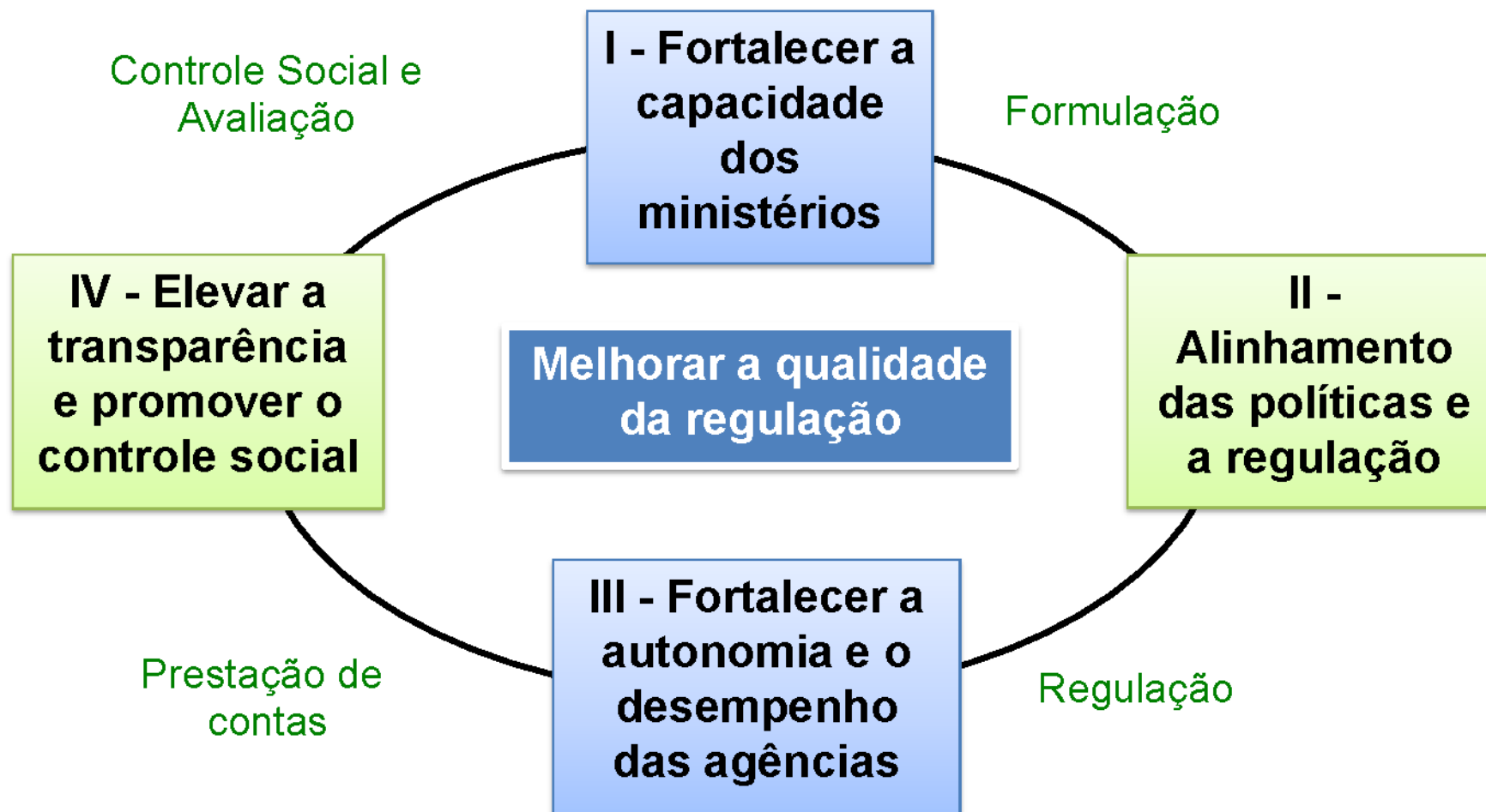


Gráfico 13- Frequência de respostas que indicam a percepção da necessidade de inserção de uma disciplina sobre legislação em defesa agropecuária nas grades curriculares de alguns cursos envolvidos na cadeia produtiva do agronegócio

Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG



Fonte: Balanço de Ações do PRO-REG e Programação para 2010, disponível no site <http://www.regulacao.gov.br>

COMITÊS QUE FORMAM O PRO-REG

O PRO-REG é formado por dois comitês: Comitê Gestor e Comitê Consultivo e uma Coordenação Técnica e Administrativa.

Comitê Gestor contém membros dos seguintes órgãos:

- Casa Civil da Presidência da República
- Ministério da Fazenda
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Comitê Consultivo contém membros dos seguintes órgãos:

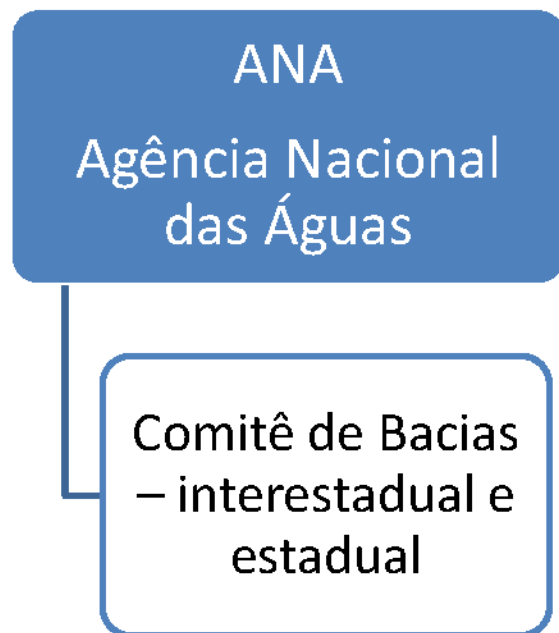
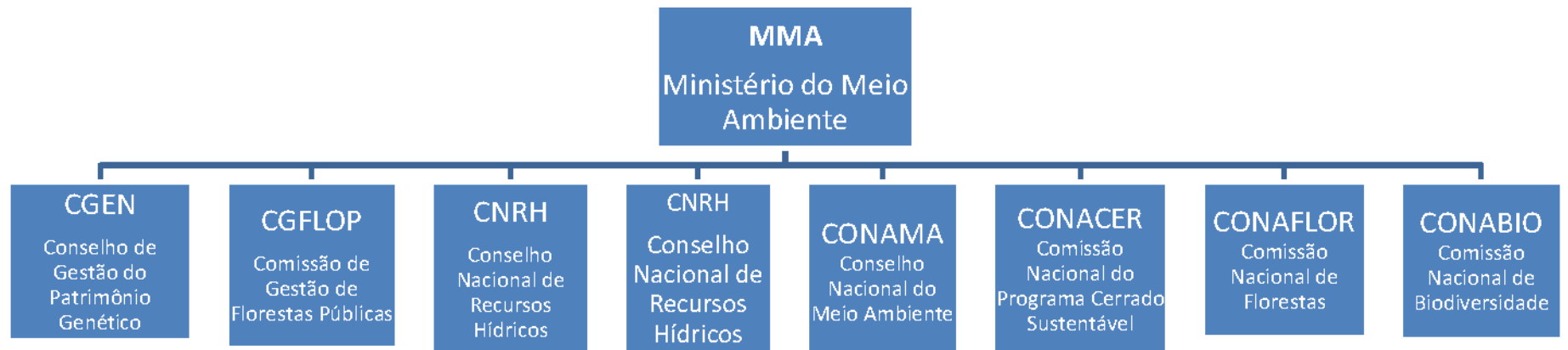
- Ministério das Comunicações
- Ministério da Cultura
- Ministério da Defesa
- Ministério da Justiça
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério da Saúde
- Ministério dos Transportes

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica

- Agência Nacional de Águas
- Agência Nacional de Aviação Civil
- Agência Nacional de Cinema
- Agência Nacional de Energia Elétrica
- Agência Nacional de Saúde
- Agência Nacional de Telecomunicações
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários
- Agência Nacional de Transportes Terrestres
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Será que o MAPA precisa de uma agência reguladora para integrar o PRO-REG?

MODELOS DE ELABORAÇÃO COLEGIADA DE ATOS NORMATIVOS



MODELOS ESTRANGEIROS DE CODIFICAÇÃO /STANDARDS/LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO, SAÚDE E BIOTERRORISMO

Food Code Estados Unidos

(U.S. Food and Drug Administration)

Quem? Administração de alimentos e drogas (FDA), Centro de Controle de Doenças e Prevenção dos EUA (CDC) e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) e O serviços de inspeção e segurança alimentar do departamento norte-americano de Agricultura (USDA).

O que é? O Código Alimentar é um código modelo e um documento de referência para estados, municípios, agências de condados e tribos e regula restaurantes, lojas varejistas de alimentos, comercialização de alimentos em instituições. O código estabelece diretrizes práticas, científicas e provisões obrigatórias para mitigar os fatores de risco causados por doenças transmitidas por alimentos.

Lei do Bioterrorismo de 2002, dividido em cinco títulos:

Título I – Prevenção Nacional contra Bioterrorismo e outras Emergências Públicas Sanitárias.

Título II – Reforço dos controles de Agentes e Toxinas Biológicas Perigosas.

Título III – Proteção e Defesa da Segurança Alimentar e do Fornecimento de Medicamentos.

Título IV – Segurança e Defesa da Água Potável

Título V – Provisões Adicionais

Food Standards Code – Austrália e Nova Zelândia (Food Standards Australia New Zealand (FSANZ))

Quem? Agência governamental binacional responsável por desenvolver e administrar o Código de Standards Alimentares Austrália-Nova Zelândia.

O código lista requisitos para alimentos como aditivos, segurança alimentar, rotulação e alimentos geneticamente modificados. Questões relativas à aplicação e interpretação do Código são de responsabilidade dos Departamentos dos Estados e das suas Agências respectivas.

O Código é dividido em 5 capítulos:

Capítulo 1 – Normas Gerais sobre Alimentos

Lida com normas aplicáveis a todos os alimentos, no entanto, a Nova Zelândia regula seu Limite de Resíduo Máximo (LRMs) para alimentos e a norma aqui contida regula somente os LRMs da Austrália.

Capítulo 2 – Normas sobre Produtos Alimentares

Lida com uma classe especial de alimentos.

Capítulo 3 – Normas sobre Segurança Alimentar

Lida com questões relativas à higiene dos alimentos na Austrália. A Nova Zelândia tem sua própria regulação e ela não é parte do sistema conjunto.

Capítulo 4 – Normas sobre Produção Primária

Estabelece normas para commodities sobre produtos primários.

Food Safety Regulation

Consolidação das normas sobre segurança alimentar nos estados do Canadá.

Exemplos: Nova Escócia, British Columbia, Manitoba, Alberta, Ontario.

A pesquisa estética das representações da "Santa Ceia" nos últimos 1000 anos A publicação no International Journal of Obesity

A maior "Última Ceia": figuras das porções de comida e do tamanho do prato aumentaram ao longo do milênio.

B Wansink and C S Wansink

	Valores de refeições em períodos de tempo (variações de padrão entre parênteses)					Resultados estatísticos		
	1000 – 1300 (n=10)	1300-1400 (n=5)	1400-1500 (n=15)	1500-1600 (n=13)	1600-2000 (n=9)	Correlação com o ano	R ²	F-valor
Tamanho relativo ^a								
Tamanho do prato principal	2.53 (0.51)	3.50 (0.84)	2.71 (0.60)	4.44 (0.98)	4.28 (1.38)	0.52**	0.27	11.52**
Tamanho do pão	1.04 (0.29)	0.87 (0.20)	0.89 (0.20)	1.15 (0.54)	1.28 (0.25)	0.30*	0.09	4.40*
Tamanho do prato	1.17 (0.08)	1.33 (1.00)	1.31 (0.46)	1.34 (0.33)	1.94 (0.28)	0.46*	0.21	4.89*

^a O tamanho relativo se refere à proporção entre a quantidade do item escolhido e o tamanho da cabeça em cada pintura.

* $P < 0.05$; ** $P < 0.01$.











Pergunta Final

Qual a dimensão do Direito à Alimentação queremos?



CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

- 1. Política de Boa Legislação (Normas sobre produção de normas válidas para os Ministérios que incluam avaliação de impacto);**
- 2. Disciplina da Avaliação de Impacto Legislativo;**
- 3. Retomada da Consolidação;**
- 4. Codificação;**
- 5. Tipificação de crimes contra a Defesa Agropecuária;**
- 6. Órgãos colegiados para elaboração de atos normativos no setor de defesa agropecuária**
- 7. Inclusão do tema da legislação em defesa agropecuária em capacitações, graduações e/ou pós-graduações dos cursos afins;**
- 8. Participação do MAPA no PRO-REG;**

Pesquisa realizada por:

Fabiana de Menezes Soares

Profa. Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.
Coordenadora do Observatório para Qualidade da Lei, na pós-graduação da FDUFGM
Consultora do Projeto Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária
Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos e Pesquisa em Legística - CELEGIS

Letícia Camilo dos Santos

Mestranda na área de Legística na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais
Membro do Observatório para Qualidade da Lei, da FDUFGM
Bolsista do Projeto Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária
Diretora Secretária do Centro de Estudos e Pesquisa em Legística - CELEGIS